ATA DA 17ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Ata da 17ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em três de outubro de 2014, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Renato Jaquet Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, os Excelentíssimos Senhores Juízes Assistentes da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas e Doutor Fabrício Fontoura Bezerra, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC Doutor Ricardo Faustini Baglioli, o membro indicado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida, o Senhor Secretário-Geral da Presidência Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico, Doutor Declieux Dias Dantas, a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates, os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF Conselheira Hellen Falcão e Doutor André Lins, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública Sandra Aparecida Dohler Ferreira, representante da Defensoria Pública do Distrito Federal e o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Cassimiro Marques de Oliveira. A pedido do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas abriu os trabalhos submetendo à apreciação dos membros do Comitê, a Ata da 16ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em vinte e seis de setembro de 2014. Não havendo impugnação, declarou-a aprovada. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Juiz Eduardo Henrique Rosas passou ao **segundo item da pauta: Resultado da Pesquisa de Avaliação dos Usuários do PJE.** Com a palavra o Doutor Declieux Dantas informou que apesar da ampla divulgação que foi dada à pesquisa e de termos aproximadamente 150 (cento e cinquenta) usuários do PJE, houve baixa participação, já que somente 49 (quarenta e nove) usuários participaram da pesquisa. Houve uma divergência quanto aos

resultados apresentados e o Senhor Secretário Geral da Presidência, em contato com o Grupo Gestor de Sistemas de Recursos Humanos, obteve o resultado com dados atualizados, que elevou a participação para 56 (cinquenta e seis) usuários. O rol de críticas/sugestões foi encaminhado para a equipe da SEPJE. O Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico destacou que a grande crítica foi com relação ao "Controle de Prazos". Todavia, a equipe da SEPJE esta trabalhando para desenvolver essa melhoria no sistema. Segundo o Senhor Secretário do PJE, outro ponto que merece ser destacado nesta pesquisa, refere-se a necessidade de que haja mais treinamentos para os usuários do PJE. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Juiz do CEJUSC Doutor Ricardo Baglioli informou que as partes têm reclamado da dificuldade de acesso aos autos e foi solicitado que a equipe da SEPJE verifique a possibilidade de facilitar a visualização do acesso aos autos, atualmente identificada como "Consulta Pública". O Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Comitê Gestor destacou que com essa pesquisa, será possível corrigir erros e implementar melhorias, a partir dos resultados. Dando prosseguimento a reunião, a representante da OAB/DF, Conselheira Hellen Falcão relatou que foi criado o canal OAB/CORREGEDORIA, objetivando canalizar demandas da OAB, diretamente encaminhadas à Corregedoria, através de uma reunião mensal dos representantes da OAB com o Corregedor de Justiça. O Doutor André Lins informou que apresentou à OAB/DF uma demanda relativa a reforma da sala da OAB no Fórum Leal Fagundes e que já existe um projeto de reforma da sala bem como de compra de mais dois ou três scanners para que os advogados não utilizem a sala de atendimento do PJE o que estava causando algumas dificuldades no local, fato relatado em reunião anterior do Comitê Gestor. Na oportunidade a Conselheira Hellen Falcão solicitou que ficasse registrado formalmente, pedido em nome da OAB, para que o Tribunal disponibilize uma sala maior para a OAB, no Leal Fagundes. Na ocasião, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico informou que existe um projeto pronto para a Sala de Atendimento dos Advogados no Térreo do Bloco 4. O Senhor Secretário Geral da Presidência garantiu que o pleito será levado à consideração da Douta Presidência do Tribunal para deliberação. A Senhora Conselheira da OAB também noticiou a realização de treinamento no último dia 27/09/2014, para cerca de duzentos advogados e que não houve problemas com o sistema durante o treinamento. A Senhora Conselheira agradeceu a parceria com o Tribunal de Justiça e destacou que não tem encontrado essa mesma disposição em outros órgãos. O Presidente do Comitê Gestor

asseverou que as participações do Ministério Público, OAB, Defensoria Pública e Procuradoria têm se revelado um diferencial importante e destacou que é preciso ouvir todos os envolvidos para o sucesso das ações voltadas a implantação do sistema. Dando sequência a reunião, a Conselheira Hellen Falcão relatou que ocorreu um problema no sistema que não permitia o peticionamento, embora o PJE estivesse funcionando. Nesse sentido, a Senhora Conselheira questionou o Senhor Secretário do PJE se, quando ocorresse, essa falha poderia ser considerada como indisponibilidade do sistema. O Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico esclareceu que de acordo com o que dispõe a Resolução 185, de 18 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Justiça, não caracterizam indisponibilidade as falhas de transmissão de dados entre as estações de trabalho do público externo e a rede de comunicação pública, assim como a impossibilidade técnica que decorra de falhas nos equipamentos ou programas dos usuários. Conforme informado pelo Senhor Secretário do PJE Doutor Declieux Dantas, a ferramenta monitora o servidor e não a rotina, por isso, essa falha não poderia ser considerada como uma indisponibilidade do sistema. A Excelentíssima Senhor Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência destacou que o assunto já havia sido discutido e inclusive incluído em ata anterior com emissão de certidão pelo sistema em caso de indisponibilidade. A MM Juíza Marilza Neves Gebrim também destacou que não seria possível considerar mera instabilidade como caso de “indisponibilidade” para evitar utilização do expediente em caso de má-fé, a exemplo de eventual perda de prazo. Alegada a instabilidade, o próprio Juiz pode determinar o esclarecimento pertinente pelo gestor do sistema. O Presidente do Comitê Gestor destacou que é preciso criar um canal de comunicação entre o Tribunal e a OAB a fim de que advogado relate o que aconteceu. O Senhor Secretário Geral da Presidência Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto sugeriu que seja utilizada a ferramenta QlikView, que é um software de Business Intelligence (BI). O QlikView fará uma carga de tudo que foi feito no PJE, como um diário de bordo que será distribuído para os membros do Comitê Gestor do PJE. A sugestão foi prontamente acolhida por todos os membros do Comitê. Nada mais havendo a registrar, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Comitê Gestor encerrou a sessão, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

Desembargador **FLÁVIO ROSTIROLA**

Presidente do Comitê Gestor do PJE/TJDFT

EDUARDO HENRIQUE ROSAS
Juiz Assistente da Presidência

FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA
Juiz Assistente da Presidência

MARILZA NEVES GEBRIM
Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência

RICARDO FAUSTINI BAGLIOLI
Juiz de Direito Substituto do CEJUSC Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA
Procurador de Justiça Membro do MPU/MPDFT

HELLEN FALCÃO
Conselheira da OAB/DF

ANDRE LINS
Representante da OAB/DF

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO
Secretário-Geral da Presidência

DECLIEUX DIAS DANTAS
Secretário do Processo Judicial Eletrônico

KÁTIA DE SOUZA PRATES
Coordenadora da COSIST

SANDRA APARECIDA DOHLER FERREIRA
Defensora Pública – Representante da Defensoria Pública

CASSIMIRO MARQUES DE OLIVEIRA
Procurador do Distrito Federal da Procuradoria Geral do Distrito Federal